

## **Desenvolvimento regional numa formação social semiperiférica: o caso do Brasil**

Ivo Marcos Theis<sup>1</sup>

O Éden, na verdade, está é no futuro [...] Virá na era em que decidirmos construir o Paraíso aqui no Brasil. Já é hora (Darcy Ribeiro, 2008, p. 74).

**Resumo:** Neste artigo tem-se o propósito de, em diálogo com intérpretes selecionados do pensamento social brasileiro, examinar o desenvolvimento regional no Brasil, uma formação social semiperiférica, da perspectiva da formação de seu território. Entre a introdução e as considerações finais sucedem-se três seções principais: num primeiro momento, procede-se a uma revisão do caráter desigual do desenvolvimento capitalista e suas implicações histórico-geográficas; em seguida, em uma seção mais longa, confere-se atenção à formação histórica do território brasileiro a partir da hipótese de que o sentido da colonização projeta-se sobre a nação independente e resulta na sua condição de formação social semiperiférica; e, então, analisa-se o processo de desenvolvimento (econômica, social, política e geograficamente) desigual que, no Brasil, tem conduzido à reiterada desorganização do território em regiões.

**Palavras chave:** Brasil; desenvolvimento desigual; desenvolvimento regional; formação social; pensamento social brasileiro; território.

## **Regional development in a semi peripheral social formation: the case of Brazil**

**Abstract:** In this article I have the purpose of (in dialogue with selected interpreters of Brazilian social thought) examining regional development in Brazil, a semi-peripheral social formation, from the perspective of the formation of its territory. Between the introduction and the final considerations, follow three main sections: First, a review is made of the unequal character of capitalist development and its historical-geographical implications. Then, in a longer section, attention falls on the historical formation of the Brazilian territory, based on the hypothesis that the meaning of colonization extends over the independent nation, resulting in its condition of semi-peripheral social formation. Finally, the economically, socially, politically and geographically uneven development process is analyzed, which, in Brazil, has led to the continued disorganization of the territory in regions.

**Keywords:** Brazil; Brazilian social thought; regional development; social formation; territory; uneven development.

---

Submetido em 01.06.2020; aprovado em 15.08.2020

### **Introdução**

Desenvolvimento regional é uma expressão que, evidentemente, sugere o desenvolvimento de uma região. Mas, o que é região? E o que é desenvolvimento? Respostas

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia pela Eberhard-Karls Universität Tübingen/Alemanha, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/PPGDR da Universidade Regional de Blumenau/FURB; e-mail: ivotheis@gmail.com

a estas questões obrigam a buscar auxílio em diversos campos do saber, como a geografia e a economia. No que se refere ao primeiro destes termos, Milton Santos observava, já em 1985, que, então, se argumentava,

com grande insistência, que a antiga noção de *região* não pode resistir às configurações atuais da economia, governada, nos diversos países, por uma internacionalização do capital que abarca novas formas. Houve um momento em que a região era considerada como a categoria *par excellence* do estudo espacial (SANTOS, 2008, p. 87).

Ele acrescentaria que, “apesar da precedência de uma lógica maior, a da formação social nacional como um todo sobre o fenômeno regional, este parecia dotado de uma certa autonomia” (SANTOS, 2008, p. 87). Então, como entender a região? Uma pista era reconstruir essa *fração da realidade concreta* a partir de um conjunto de *variáveis* que constituem sua *estrutura interna* como, por exemplo, “a população e seus ritmos e classes, as atividades e seus ritmos, as instituições, a base territorial (e fundiária), as estruturas do capital e do trabalho utilizadas, os processos de comercialização, os ritmos da circulação interna e para fora etc.” (SANTOS, 2008, p. 96). Se se tomar uma formação social nacional concreta, como o Brasil, poder-se-á perceber que “a articulação entre [essas] diversas frações do território se opera exatamente através dos fluxos que são criados em função das atividades, da população e da herança espacial” (SANTOS, 2008, p. 96). Com um pouco mais de precisão, pode-se considerar, para os interesses aqui em vista, que por região se entende um espaço geográfico, delimitado a partir de um critério (ambiental, cultural...) determinado. Embora viesse sendo empregado para designar aglomerados de Estados nacionais, o conceito de região oriundo da geografia – e no presente caso é este que importa – reporta à escala subnacional: trata-se de “um subespaço do espaço nacional total” (SANTOS, 2008, p. 90). Mas, também nesta escala, o espaço da região é produto de certa geopolítica. Regionalizar significa territorializar, produzir fronteiras no âmbito de uma formação social nacional (RIBEIRO, 2004). Logo, região é um espaço geográfico, relativo e relacional, que se distingue de outros espaços (contíguos ou não) delimitados por um mesmo critério, *uma região que se distingue de outras regiões*.

Com referência a desenvolvimento, este é um termo que envolve controvérsia maior. Basta lembrar os adjetivos que lhe foram colados para conferir-lhe um significado mais preciso. O ponto de partida aqui é a economia heterodoxa de Celso Furtado, sobretudo, os seus estudos sobre o subdesenvolvimento (FURTADO, 1961; idem, 1964; idem, 1974). Uma aproximação inicial remete à biologia: um tecido, um órgão, um organismo se desenvolve, se expande, ganha corpo e volume, é *organizado* a partir do metabolismo com o meio físico circundante. Mas, a metáfora para por aí: um organismo vivo nasce, se desenvolve e morre – e a vida continua. Diferentemente da biologia, a ciência econômica convencional imprimiu um significado a *desenvolvimento* que o reduz a *crescimento*: assim, a atividade econômica é um subsistema que cresce (e para a ciência econômica convencional ela pode e deve continuar

crescendo) indefinidamente, mesmo que em um ecossistema mais amplo limitado (fisicamente) em termos materiais e (entropicamente) em termos energéticos. A percepção de desenvolvimento como um processo – de expansão ilimitada das forças produtivas – que envolve absorção de matéria-energia do entorno para produzir não valores de uso, mas mercadorias, para produzir não apenas mercadorias, mas, também, relações sociais que reproduzem um desenvolvimento orientado à produção de mercadorias, suscita um questionamento quanto ao seu sentido, aos valores nele implícitos.

Certamente, *desenvolvimento regional* não se apoia apenas nos dois campos de conhecimento referidos. Trata-se de um objeto de estudo multidisciplinar, porque referido a um processo de desenvolvimento desigual, que não cabe numa única disciplina do saber humano. Na próxima seção, procurar-se-á mostrar que este desenvolvimento é desigual por fundar-se em desigualdades previamente existentes e, inexoravelmente, gerar novas desigualdades.

Examinar o desenvolvimento regional no Brasil não constitui tarefa trivial. Se não por outra razão, então por tratar-se no presente tempo histórico de uma formação social semiperiférica. Desde os estudos da CEPAL se tem convencionado distinguir economias *centrais* de *periféricas*. Têm sido consideradas centrais aquelas nas quais as decisões econômicas mais relevantes estão devidamente internalizadas. Já periféricas são aquelas cuja autonomia decisória é reduzida. A *world-systems analysis* (WALLERSTEIN, 1999) introduziu uma terceira categoria, intermediária entre as duas mencionadas: economias *semiperiféricas*. Estas últimas ocupam um espectro considerável na escala que tem a periferia num extremo e o centro no outro (DOMINGUES, 2012; LIMA, 2007; LOURENÇO, 2005). Assim, a aplicação do conceito de semiperiferia para o caso brasileiro parece adequada, inclusive, da perspectiva dos sistemas-mundo.

Cumprе reiterar que o propósito é examinar o desenvolvimento regional no Brasil, uma formação social semiperiférica, recorrendo-se também à história. Isso significa atentar para alguns fatos que, tendo se insinuado num dado ponto do tempo, percorreram a sua linha para, em outro, manifestar-se de forma explícita. Pode-se, por exemplo, pensar – e aqui se o coloca em primeiro plano – nas perspectivas do Brasil, ou seja, “de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devenir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-nação” (FURTADO, 1992, p. 35). Logo, evocar a história, como aqui se pretende, sugere que “tudo o que [...] diz respeito [a nossa vida] está sempre em processo e, em consequência, não fica fechado nos limites de seu tempo ou da História em geral, exercendo sua influência, enquanto sinal de testemunho, num campo meta-histórico” (BLOCH, 1973, p. 7).

Apoiado nesta evocação da história, buscar-se-á examinar o desenvolvimento regional no Brasil também recorrendo à geografia, ao passado colonial e à sua *formação*. Esta

preocupação será contemplada, em especial, na quarta seção desta intervenção – que, a propósito, é constituída de cinco seções: ademais desta primeira, que corresponde à introdução, há uma seção (a segunda) em que se revisa o caráter desigual do desenvolvimento capitalista, uma mais longa (a terceira) na qual se confere atenção à formação histórica do Brasil, a já referida seção (a quarta) em que se examinam aspectos relativos à *desorganização do território em regiões* e, finalmente, a seção (a quinta) em que se fazem as considerações finais. Embora se esteja ciente das limitações envolvidas, uma ambição adicional neste modesto exame do desenvolvimento regional no Brasil é privilegiar um diálogo com alguns dos intérpretes do chamado *pensamento social brasileiro*.

### **A dinâmica desigual do desenvolvimento capitalista**

De uma perspectiva global, desenvolvimento regional pode ser entendido como um processo de desenvolvimento (econômica, social, política e geograficamente) desigual. Este desenvolvimento é desigual tanto por fundar-se em desigualdades previamente existentes (por exemplo, entre campo e cidade, pobres e ricos, resquícios de formações pré-capitalistas e o *capitalismo...*) quanto por gerar novas desigualdades. De fato, o desenvolvimento é desigual por traduzir-se num processo de conversão continuada do espaço físico-natural em espaço incorporado à lógica da produção de mercadorias. O recurso ao materialismo histórico-geográfico (HARVEY, 2004) permite captar o desenvolvimento que se funda nas desigualdades espaciais existentes e sobre estas produz novas desigualdades, um desenvolvimento, pois, que produz espaços desiguais, regiões social e economicamente polarizadas pela lógica da produção de mercadorias.

Parece ter sido Lênin (1982) quem, pela primeira vez, examinou em maior profundidade uma experiência concreta da perspectiva de sua *desigualdade socioeconômica*. No entanto, foi depois da Revolução de 1905 que a noção de desenvolvimento desigual, por intermédio de Leon Trotsky, ganhou um significado mais preciso. Com Trotsky, aliás, ela passou a ser *desenvolvimento desigual e combinado*, uma lei que não mais dizia respeito somente à dimensão econômica, mas remetia a uma questão política imediata (SMITH, 1988). Esta lei faz parte da *teoria da revolução permanente*. A formulação mais completa da mencionada lei encontra-se no capítulo que abre o primeiro volume da *História da Revolução Russa* (TROTSKY, 1978, p. 25). Seu autor parece ter chegado a esse resultado ao constatar o aumento das desigualdades na mesma Rússia de Lênin no início do século XX. Se, como acreditava certo marxismo, a Rússia ainda deveria expandir suas forças produtivas como condição para amadurecer a revolução, a observação dos fatos parece ter conduzido Trotsky a se inclinar antes “em favor de uma direta determinação política da história” (SMITH, 1988, p. 237). Assim, pode-se interpretar a *lei do desenvolvimento desigual e combinado* como uma

tentativa de conferir maior autonomia à esfera política (LÖWY, 1981, p. 97-98). O caráter desigual e combinado das relações sociais de produção em formações sociais periféricas, como era o caso da Rússia em princípios do século XX, repousa na singular articulação entre o capital urbano-industrial com a propriedade rural, entre as classes possuidoras da cidade e do campo. Nesses países, o progresso urbano e o desenvolvimento rural são marcados por ritmos e velocidades distintos, por contradições e rupturas abruptas. Mudanças políticas não podem ser mecanicamente deduzidas de um desenvolvimento econômico pré-determinado. As contradições do desenvolvimento desigual e combinado nas formações periféricas exigem que se considerem suas especificidades. E isso remete à mencionada *autonomia da esfera política* (THEIS, 2009). Dos anos 1930 em diante, a noção de desenvolvimento desigual caiu na obscuridade. Mas, por motivos variados, ela voltaria ao debate a partir dos anos 1980. Como ela pode contribuir para a compreensão da *espacialidade* do desenvolvimento desigual numa formação semiperiférica na presente quadra da história?

Mais recente que a noção de desenvolvimento desigual e combinado é a de *desenvolvimento geográfico desigual*. Especialmente, geógrafos têm feito esforços notáveis no sentido de construir uma *teoria do desenvolvimento geográfico desigual* (HARVEY, 1982; DUNFORD; PERRONS, 1983; SMITH 1988). O que distingue a *lei do desenvolvimento desigual e combinado* da *teoria do desenvolvimento geográfico desigual* é: enquanto a preocupação da primeira está em explicar por que uma formação social periférica (cujas forças produtivas não estão desenvolvidas e nem sob o controle de uma burguesia nacional consolidada) pode experimentar uma revolução política, a segunda constitui uma tentativa teórico-metodológica que tem a preocupação de captar a *espacialidade* do desenvolvimento desigual, portanto, a *natureza especificamente geográfica* da desigualdade socioeconômica entre regiões e países<sup>2</sup>.

Talvez deva ser dito ainda: não se trata das desigualdades socioeconômicas entre espaços geográficos em geral, mas das produzidas pelo capitalismo. É a geografia do desenvolvimento desigual especificamente capitalista que importa (SMITH, 1988). Tudo o que se passa no local de trabalho e no processo de produção e consumo está contido no interior do processo de acumulação e circulação de capital. E tudo (mercadorias, processos, valores) tem sua devida inscrição *no espaço*. A contínua competição territorial resulta, inexoravelmente, em desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2006). A permanentemente reconfigurada geografia do desenvolvimento desigual repousa na diferenciação do espaço, engendrada pelo processo imanente da acumulação e pelo

---

<sup>2</sup> A insistência para com a espacialidade do desenvolvimento desigual deve-se a que teoria social tende a excluir esta dimensão de toda análise ou tratá-la como container no interior do qual *ocorrem* processos sociais. O enfoque do desenvolvimento geográfico desigual propicia uma concepção de espaço *relativo e relacional* (HARVEY, 2006).

processo transcendente da propagação de crenças e valores da cultura capitalista. Por um lado, espaços que até pouco tempo atrás eram econômica e culturalmente relevantes podem tornar-se irrelevantes. Por outro, desertos econômicos podem converter-se, de uma hora para outra, em pujantes espaços de acumulação. Uns e outros, porém, acabam sendo integrados, tanto nas economias nacionais quanto na economia-mundo, como parte de uma sempre renovada reconfiguração de espaços desiguais (SMITH, 1988).

Na etapa ultraliberal de desenvolvimento capitalista, a paisagem geográfica encontra-se em ainda mais acelerado processo de mudança. O capital ignora os espaços em que as perspectivas de lucro são baixas, movendo-se, rapidamente, por entre as diversas escalas, em direção aos espaços de lucros altos. Daí porque uns espaços experimentam taxas elevadas de acumulação, enquanto outros ficam à espera de uma mão visível que opere algum milagre. Daí porque certas *regiões* vêm crescendo e enriquecendo seus habitantes já ricos, enquanto outros espaços vêm definhando e empobrecendo os seus habitantes pobres. Aliás, são os contrastes entre ricos e pobres no território que conformam a paisagem do capitalismo ultraliberal, expressão exacerbada do desenvolvimento geográfico desigual (HARVEY, 2006).

### **Brasil: a colonização que se prolonga aos dias atuais**

Desde a sua ocupação pelos portugueses, no século XVI, ao Brasil foram *atribuídas* tarefas subalternas. Daí que seu território tenha sido, desde os primórdios, *desorganizado* em regiões. Assim, tal como em escala global, também entre as *regiões* brasileiras vêm se reproduzindo desigualdades. No século XVI, os portugueses localizaram no que hoje é o Nordeste brasileiro o fundamental de suas atividades de exploração: a extração do pau-brasil e os engenhos de cana-de-açúcar. Depois, desceram às minas e extraíram ouro e diamantes. Superada a etapa colonial, o Brasil enveredou pelo cultivo do café, importante produto de exportação até meados do século XX. A partir dos anos 1930, avançaria em direção à industrialização. Em cada um desses *ciclos*, o capital explorou a natureza e os seres humanos – os povos originários e, depois, os negros, arrancados da África – para valorizar-se. De maneira que, desde o primeiro momento da ocupação, o território foi sendo *desorganizado* em regiões. Nesta seção procurar-se-á examinar o desenvolvimento regional no Brasil, enfatizando-se o passado colonial e o processo de *formação*, com apoio em alguns intérpretes do *pensamento social brasileiro*.

O ponto de partida é este acontecimento que se convencionou chamar descobrimento, “que não é senão um capítulo da história do comércio europeu” (PRADO Jr., 2000, p. 11), um evento indissociável do “surto marítimo que enche [a] história [do pequeno reino lusitano] do século XV [...] provocado por uma burguesia comercial sedenta de lucros, e que não

encontrava no reduzido território pátrio satisfação à sua desmedida ambição” (PRADO Jr., 1979, p. 13). De forma que, observado de uma perspectiva ampla, o empreendimento colonizador assumiria a feição “de uma vasta empresa comercial [...] destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes” (PRADO Jr., 1981, p. 22-23; FURTADO, 1977).

Com a expansão dos iberos pelos mares, estabeleceram-se as bases “do primeiro sistema econômico mundial, interrompendo o desenvolvimento autônomo das grandes civilizações americanas” Em consequência, “povos que antes viviam em prosperidade e alegria, [...] com suas línguas e [...] culturas originais” (RIBEIRO, 2012, p. 65), seriam progressivamente exterminados.

### ***A Colônia: da ocupação à independência***

Ao longo dos primeiros três séculos de existência do Brasil, houve uma lenta ocupação do espaço. É que “a ideia de povoar não ocorre” aos *descobridores* nos primeiros anos; “é o comércio que [então] os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América” (PRADO Jr., 2000, p. 12).

No entanto, de 1530 em diante, esse desprezo daria lugar à preocupação com a exploração de uma atividade lucrativa. De fato, “na extensa faixa costeira, onde impera a lavoura açucareira, o caráter da grande exploração é incontestável” (PRADO Jr., 1979, p. 21). De forma que, ao longo dos decênios seguintes, ocorreria a ocupação do vasto litoral da colônia, aí sendo constituídos os núcleos de povoamento mais importantes do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco (PRADO Jr., 2000, p. 32).

Assim, será a bem-sucedida exploração da cana-de-açúcar em regime de grande propriedade – Celso Furtado (1977, p. 12) falará em “êxito da grande empresa agrícola do século XVI, única na época” – que oferecerá o pretexto para os portugueses consolidarem a sua presença na colônia. E para viabilizar seu espetacular empreendimento, inicialmente, seria utilizada força de trabalho dos indígenas, das terras da própria colônia, mas logo seriam mobilizados milhões de escravos oriundos da África (FURTADO, 1982, p. 95). O que se vai revelar neste período inicial, de pouco mais de um século, é a dupla preocupação dos portugueses com o controle do território e com a geração sustentada de riquezas pela exploração de atividade não-extrativa.

Todavia, em meados do século XVII, a exploração econômica da cana-de-açúcar encontraria sérios obstáculos. Com efeito, “menos de um decênio depois da expulsão dos holandeses do Brasil [1654], operava nas Antilhas uma economia açucareira de consideráveis proporções, cujos equipamentos eram [...] novos, e que se beneficiava de mais favorável posição geográfica” (FURTADO, 1977, p. 26).

Perdendo fôlego a exploração da cana-de-açúcar, parecia esgotar-se o potencial econômico da colônia para os portugueses. Mas, não tardaria a surgir outra importante fonte de riquezas: o ouro (PRADO JR., 2000, p. 171-187). Ele apareceria, inicialmente, nos arredores de Taubaté, em São Paulo. Mas, logo também seria descoberto em Minas Gerais (1698). Mais tarde um pouco, Mato Grosso (1719) e Goiás (1725) também seriam incorporados às áreas de mineração (RIBEIRO, 2012, p. 372). Embora o ouro viesse sendo explorado desde fins do século XVII, seu auge ocorreria “em torno de 1760, quando atingiu cerca de 2,5 milhões de libras” (FURTADO, 1977, p. 78).

É certo que Portugal se beneficiou da exploração mineral de sua colônia. Mas, haveria ainda outro beneficiário das riquezas (subtraídas) da colônia no auge da economia mineira:

Para a Inglaterra o ciclo do ouro brasileiro trouxe um forte estímulo ao desenvolvimento manufatureiro, uma grande flexibilidade à sua capacidade para importar, e permitiu uma concentração de reservas que fizeram do sistema bancário inglês o principal centro financeiro da Europa (FURTADO, 1977, p. 35).

Na segunda metade do século XVIII, a presença da Inglaterra nas relações entre a Metrópole e a colônia se afigurava mais destacada. Se antes ela era pouco perceptível, na medida em que se desenrolavam os conflitos no continente europeu, Portugal, pequeno reino já enfraquecido (PRADO JR., 2000, p. 242, 244; idem, 1981, p. 119, 128-129), cairia submetido à nação que se ia tornando economicamente hegemônica. Como é sabido, o Brasil não pagaria apenas com seu ouro por essa submissão da Metrópole.

Se o ouro reconectava a colônia à Europa, se, portanto, a economia mineira propiciava novas possibilidades de geração de ganhos econômicos para os portugueses e, assim, reafirmava a condição do Brasil como provedor de riquezas para poderes externos, ele também produziria desdobramentos internos. Com efeito,

As transformações provocadas pela mineração deram como resultado final o deslocamento do eixo econômico da colônia, antes localizado nos grandes centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Bahia). A própria capital da colônia [...] transfere-se em 1763 da Bahia para o Rio de Janeiro. As comunicações mais fáceis das minas para o exterior se fazem por este porto, que se tornará assim o principal centro urbano da colônia (PRADO Jr., 1981, p. 64).

De forma que, em termos geográficos, a região inicialmente responsável pela produção das riquezas que fariam os portugueses estabelecer o seu controle sobre a colônia, o Nordeste brasileiro, perderia o seu dinamismo com a entrada no mercado europeu do açúcar proveniente das Antilhas. O deslocamento de recursos para a região na qual se encontram as jazidas de ouro e diamantes representará, simultaneamente, um enfraquecimento da antiga região canavieira e a ascensão do centro-sul do país como espaço econômico mais dinâmico (PRADO Jr., 2000, p. 125).

É este território, fragmentado pela exploração portuguesa, que, na entrada do século XIX, inesperadamente, se tornaria sede da Monarquia. Os acontecimentos desse período seriam acelerados em decorrência da disposição de grupos sociais, descontentes com a dominação lusitana, realizarem a independência. Antes, porém, de adentrar o período que corresponde à autonomia política, cabe um breve balanço do *sentido da colonização*.

Examinando-se a atuação da Metrópole no período que vai até a entrada do século XIX de uma perspectiva ampla, constatar-se-á que não terão havido “modificações substanciais do sistema colonial nos três primeiros séculos de nossa história” (PRADO Jr., 2000, p. 123). Pelo contrário, desde o início,

o sentido da colonização brasileira [...] é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro [...] A nossa economia se subordina inteiramente a este fim [...] Tudo mais que nela existe [...] será subsidiário e destinado [...] a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial (PRADO Jr., 2000, p. 117).

Que mudanças decorrerão da ruptura dos laços políticos com Portugal? A rigor, nenhuma alteração de caráter estrutural resultará da independência de 1822. De fato, a exploração predatória de matérias-primas abundantes, disponíveis no vasto território, mas, em benefício alheio, em favor de interesses outros que os da maioria de brasileiros comuns, é o que caracteriza

a economia brasileira no momento em que o país alcança a sua autonomia política e administrativa. Todas as suas atividades giram em torno deste fim precípuo de fornecer ao comércio internacional alguns produtos tropicais de alto valor mercantil, metais e pedras preciosas. O mais é secundário (PRADO Jr., 1981, p. 103).

E o que permaneceria do período inicial de formação do Brasil? De fato, a conquista de autonomia política e administrativa não significou qualquer modificação econômica relevante. De maneira que “as estruturas econômicas, sociais e políticas da sociedade colonial não só moldaram a sociedade nacional subsequente: determinaram, a curto e a longo prazos, as proporções e o alcance dos dinamismos econômicos absorvidos do mercado mundial” (FERNANDES, 2005, p. 180).

### ***O Império: da independência à república***

Em comparação com os três primeiros séculos, período durante o qual a vida econômica, social e cultural do Brasil, praticamente, se confinava a uma fração reduzida de seu território, o século XIX reservava algumas mudanças consideráveis (FURTADO, 1977, p. 90). Duas de tais mudanças podem ser consideradas verdadeiros rompimentos político-institucionais, que acabariam tendo repercussões duradouras:

O primeiro deles ocorreu no contexto histórico da emancipação política e do desenvolvimento de um Estado nacional independente. O

segundo deu-se no contexto da desagregação da ordem social escravista e senhorial (o nosso *antigo regime*) e da expansão da ordem social competitiva (FERNANDES, 1975, p. 155-156).

A despeito de sua relevância, essas mudanças devem ser vistas não como o resultado óbvio da ação organizada de grupos sociais em defesa de algum ideal de nação, mas, antes, como o *ponto de chegada* de um complexo processo político: de um lado, já se haviam esgotado todas as possibilidades da relação colonial que perdurara por três séculos; de outro, já se dispunha, desde princípios do século XIX, das condições necessárias para a conquista de maior autonomia em face da Metrópole.

Não obstante, a conquista de autonomia política e administrativa não conduziu, por si mesma, a um rompimento daqueles laços de subserviência que vinculavam a economia brasileira à economia mundial. Apesar de politicamente independente, as relações do Brasil com o exterior continuavam sendo governadas por vínculos de dependência econômica.

Em que consistia a dificuldade da jovem nação independente para alcançar plena autonomia econômica e desfrutar de efetiva soberania política?

Como se trata de uma relação – a *relação* do Brasil com as sociedades nacionais do mesmo círculo de civilização e, em particular, com aquelas sociedades nacionais que detêm o controle do próprio processo civilizatório no âmbito dessa civilização – não se poderia alterar a atual situação unilateralmente. Para modificarmos essa posição relativa do Brasil e, com ela, o seu *destino histórico*, seria preciso introduzir alterações concomitantes em dois níveis distintos: o interno e o externo. Todavia, a organização e a orientação das forças que operam ao nível externo escapam ao controle de uma sociedade nacional determinada, especialmente, se ela preenche a condição de uma sociedade satélite e dependente, especializada no consumo das invenções culturais e no atendimento das necessidades econômicas ou de outra natureza das sociedades nacionais a que se subordina (FERNANDES, 1975, p. 161).

Assim, embora no início da segunda década do século XIX fosse, finalmente, alcançada a independência política, vínculos de dependência econômica, em especial, as herdadas da Metrópole para com a Inglaterra, perdurariam e perturbariam a vida econômica, social e política do país (FURTADO, 1977, p. 36). Dada, pois, a sua condição, desde o nascedouro, de sociedade satélite e dependente, restava ao Brasil pouca margem para lidar com a potência que já vinha se impondo ao mundo desde o século XVIII<sup>3</sup>.

Evidentemente, as relações do Brasil recém-independente com a Inglaterra não se limitavam à assunção das dívidas da antiga Metrópole. Elas abarcariam operações que apenas brevemente podem ser aqui mencionadas. Começando por um “tratado [datado] de 1827, o governo brasileiro reconheceu à Inglaterra a situação de potência privilegiada,

---

<sup>3</sup> A propósito, cabe lembrar “que os privilégios concedidos à Inglaterra constituíram uma consequência natural da forma como se processou a independência [...] devendo a antiga colônia assumir a responsabilidade de parte do passivo que contraíra Portugal para sobreviver como potência colonial” (FURTADO, 1977, p. 94).

autolimitando sua própria soberania no campo econômico” (FURTADO, 1977, p. 37). Aos ingleses também caberá o controle dos setores mais significativos do comércio interno e externo, assim como empreendimentos em áreas como a mineração; “e são deles ainda os empréstimos públicos que teriam tamanho papel na evolução econômica do Brasil” (PRADO Jr., 1981, p. 137).

Como poderia uma nação estrangeira, mesmo que se tratasse da potência hegemônica da época, se impor sem maiores dificuldades em relação ao Brasil recém-independente? Talvez não surpreenda que foi com o auxílio providencial “dos desonestos altos dignitários do Império” que “os banqueiros ingleses [...] lançavam-se sem piedade sobre esta presa inerme que era a nação brasileira” (PRADO Jr., 1981, nota de rodapé à p. 139).

É certo que a autonomia política do Brasil recém-independente deveria estar por poucos fios em decorrência do impiedoso assalto vindo de fora e da desonestidade de uma influente fração de suas *elites* (ver nota de rodapé 7) a partir de dentro. Mas, ao longo dos anos que se seguiram a 1822 eclodiram diversos conflitos que tanto ameaçaram a integridade do território quanto desafiaram o poder imperial<sup>4</sup>. Esses fatos, somados, dificultavam ainda mais a tarefa de romper com a dependência econômica. Entretanto, registra a história que o Brasil permaneceria na condição de fornecedor de matérias-primas à base de força de trabalho escravo até fins do século XIX (RIBEIRO, 2012, p. 277-306) para economias que, já desde fins do século XVIII, se colocavam a caminho da industrialização (FURTADO, 1977).

De que viveria a jovem nação soberana, como poderia obter as divisas para as suas necessidades, se já se haviam tornado economicamente pouco relevantes o açúcar e o ouro? “É no meio [de] grandes dificuldades que o café começa a surgir como nova fonte de riqueza para o país. Já nos anos trinta esse produto se firma como principal elemento da exportação brasileira e sua progressão é firme” (FURTADO, 1977, p. 97). Será, pois, o café o novo recurso com o qual o país se reinserirá na economia mundial (RIBEIRO, 2012, p. 159). E sendo novo, ele chamará à superfície, logo em seguida à independência, uma nova “classe empresária”, que terá um protagonismo crescente na vida econômica e política do país, antes, durante e após o raiar da república (FURTADO, 1977, p. 114).

Ademais das elites, com suas diversas frações exercendo maior ou menor influência sobre os destinos da jovem nação soberana, aos poucos acompanhadas da nova classe empresária dedicada à produção de café, havia, ainda, os *brasileiros* comuns. Quem, a rigor, eram esses *brasileiros* do século XIX? Tem sido avaliado

em 6 milhões o número de negros introduzidos no Brasil como escravos até 1850, quando da abolição do tráfico; em 5 milhões o número mínimo de índios com que as fronteiras da civilização

---

<sup>4</sup> Entre os movimentos populares ocorridos após a independência destacaram-se a *Revolta dos Cabanos* no Pará (1833-1836), a *Revolta dos Balaíos* no Maranhão (1833-1841), a Revolução Farroupilha no Rio G. Sul (1835-1845) e a *Agitação Praieira* em Pernambuco (1842-1849) (PRADO Jr., 1979, p. 64-77; SODRÉ, 1986, p. 226-246).

brasileira foram se defrontando [...] [que, porém, diminuiu, em apenas dois séculos, para 2 milhões]; e em 5 milhões, no máximo, o número de europeus vindos para o Brasil até 1950. Destes 5 milhões, apenas 500 mil ingressaram no Brasil antes de 1850 (RIBEIRO, 2012, p. 228).

Em síntese, os *brasileiros* do século XIX eram uma maioria de africanos e indígenas, com os brancos europeus perfazendo um número muitíssimo reduzido no período. Com a cessação do tráfico, a entrada de africanos no Brasil diminuiu significativamente: se, em 1849, ainda ingressaram 54 mil indivíduos, no ano seguinte este total caiu para 23 mil. Em 1856, ainda, entraram algumas centenas de africanos no país, mas de forma clandestina – “assinalemos que este último desembarque de escravos no Brasil foi efetuado pela escuna norte-americana *Mary Smith*” (PRADO Jr., 1981, nota de rodapé à p. 153).

A suspensão do tráfico repercutiria na geografia econômica do Império. É que, tendo o açúcar e o ouro se tornado pouco relevantes, os escravos mobilizados nessas atividades acabariam sendo desviados “para as regiões mais prósperas”, ou seja, “a mão-de-obra no Norte começará a afluir para o Sul onde, graças ao café, ela se pagava com bons preços” (PRADO Jr., 1981, p. 174). Com a abolição do tráfico, escassearia a antes abundante força de trabalho. Como visto, alguns milhões de brancos adentrariam o país de meados do século XIX em diante. Não podendo os crescentes requisitos de mão-de-obra – tanto os que tinham origem na economia cafeeira quanto os motivados por outras atividades, sobretudo, no meio rural, mas, em parte também na cidade – ser atendidos pelo ingresso de africanos, adotou-se política explícita de estímulo à entrada de colonos europeus. Com efeito,

o empreendimento colonizador foi um dos objetivos mais persistentemente perseguido pelo governo imperial, que nele investiu enormes recursos, assegurando aos colonos o pagamento de transporte, facilidades de instalação e de manutenção e concessões de terras. Condições semelhantes jamais foram oferecidas a populações caipiras brasileiras, que, então, formavam grandes massas marginalizadas pelo latifúndio. A população gringa resultante do empreendimento da colonização branqueadora ocupa, hoje, uma vasta ilha nos centros dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (RIBEIRO, 2012, p. 436-437).

A partir da segunda metade do século XIX verificar-se-ia, então, um *branqueamento* do país. Em comparação com os demais brasileiros, os brancos antes existentes, somados aos que ingressaram no país após 1850, desfrutarão de condições sociais e econômicas privilegiadas. Não obstante, parece que, “mais do que preconceitos de raça ou de cor, têm os brasileiros arraigado preconceito de classe” (RIBEIRO, 2012, p. 236).

Mas, a segunda metade do século XIX ainda seria marcada por outros dois fatos de relevância: o primeiro deles, de natureza geográfica, diz respeito ao deslocamento da primazia econômica – desfrutada até o século XVIII por regiões do Norte/Nordeste – para o Centro-Sul do país, sobretudo, em torno de Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo. O outro corresponde à decadência das lavouras tradicionais – entre elas, as de cana-de-açúcar,

algodão e tabaco. Em paralelo se desenvolveria, como já assinalado, a produção do café, um bem que, até o início do século XIX, era pouco expressivo, mas que dali em diante seria o principal responsável pela geração de divisas (PRADO Jr., 1981).

Em coincidência com a entrada de força de trabalho europeia, dar-se-ia “o início da indústria manufatureira no país” (PRADO Jr., 1981, p. 175). Assim, a combinação desses fatos – a perda de relevância das lavouras tradicionais, a crescente importância do café, a entrada maciça de imigrantes europeus, o deslocamento da primazia econômica do Norte/Nordeste para o Centro-Sul<sup>5</sup> e aí um princípio de industrialização – permite afirmar que “a segunda metade do século XIX assinala o momento de maior transformação econômica na história brasileira” (PRADO Jr., 1981, p. 192).

Observe-se, porém, que a *coincidência* desses fatos não indica uma *articulação causal* entre eles. Quanto, por exemplo, à industrialização, que encontrará terreno fértil no Centro-Sul do país, ela não pode ser tomada como *decorrência* da perda de dinamismo econômico do Nordeste, já que a decadência desta “é um fenômeno secular” (FURTADO, 1977, p. 240). Do ponto de vista das relações inter-regionais – um aspecto crucial aqui –, o território cedo seria fragmentado em regiões que não se comunicam. É certo que as condições físicas não favoreciam uma ligação entre os diversos povoamentos até o fim do período colonial. No entanto, os meios de transporte, convenientemente, se restringiram, até o século XIX, à navegação. Neste último, aliás,

a via de cabotagem voltará a ser articulação geral única do território brasileiro, e retorna-se ao primitivo sistema do início da colonização: uma via marítima, espinha dorsal das comunicações do país, em que se vêm articular as vias de penetração perpendiculares ao litoral, desligadas inteiramente umas das outras. Fragmenta-se assim novamente a estrutura territorial brasileira (PRADO Jr., 2000, p. 270).

Este e outros estrangulamentos se colocarão como obstáculos ao pleno florescimento da jovem nação independente na passagem do século XIX para o século XX.

### **A Primeira República: 1889-1930**

O século XIX fechará com dois conhecidos eventos de grande significação: a abolição da escravidão em maio de 1888 e o advento da república em novembro do ano seguinte. Terão fortes repercussões sobre aspectos fundamentais do desenvolvimento ulterior do país. Contudo, serão poucas as modificações em favor de maior autonomia econômica e melhores condições de vida para os *brasileiros* comuns. Já os agentes ligados aos interesses

---

<sup>5</sup> Talvez deva ser lembrado que, na segunda metade do séc. XIX, também o ciclo da borracha alcançava seu ápice. A propósito: “no auge da expansão extrativista (1872), toda a rede urbana regional crescera a ponto de transformar Belém, o segundo porto da Amazônia, em quarta cidade brasileira em população” (RIBEIRO, 2012, p. 327).

comerciais estrangeiros terão suas posições fortalecidas na economia brasileira neste período. Com efeito, o capital internacional desfrutará de livre acesso a setores estratégicos como estradas de ferro, mineração, linhas de navegação, além de se permitir a instalação de filiais de bancos com sede nas economias centrais (PRADO Jr., 1981, p. 207, 210).

Em decorrência, a industrialização nacional se faria com grandes dificuldades. O pouco que existia até o início do século XIX fora liquidado com a abertura dos portos ao livre comércio, em 1808. Mas, também havia deficiência de fontes de energia, ausência de indústrias de base e, sobretudo, inexistiam mercados consumidores.

Isto ainda se agravava pela estrutura compartimentada das diferentes regiões brasileiras, largamente separadas umas das outras e desarticuladas pela falta de transportes. A orientação da economia brasileira, organizada em produções regionais que se voltam para o exterior, impedira a efetiva unificação do país e o estabelecimento de uma estreita rede de comunicações internas que as condições naturais já tornavam por si muito difíceis (PRADO Jr., 1981, p. 258).

A despeito das condições desfavoráveis, a indústria prosperará. Para isso concorreria a existência de força de trabalho relativamente abundante e de baixo preço. Em 1907, quando já havia 3.258 estabelecimentos industriais e 150,8 mil operários no Brasil, o Rio de Janeiro concentrava 40% da produção industrial, enquanto São Paulo participava com 16% e o Rio Grande do Sul com 15%. Treze anos depois, em 1920, o número de estabelecimentos passou para 13,3 mil e o de operários para 275,5 mil. A indústria de alimentação era então a mais importante (PRADO Jr., 1981, p. 259-261).

Note-se, porém, que, já neste momento inicial, “mais sólido é um setor particular da indústria brasileira que se veio desenvolvendo, sobretudo, a partir da I Grande Guerra: [as] indústrias subsidiárias de grandes empresas estrangeiras” (PRADO Jr., 1981, p. 266). Da perspectiva de seu potencial de autonomia nas decisões econômicas, naquilo que lhe diz respeito, “o país far-se-á [...], sem resistência alguma, em fácil campo para [as] operações do capital financeiro internacional” (PRADO Jr., 1981, p. 270). São esses os traços mais significativos da evolução econômica do país entre fins do século XIX e o início do século XX, com destaque para a *vocação* à extroversão da economia brasileira. Entretanto,

o desenvolvimento da primeira metade do século XX apresenta-se [também] como um processo de articulação das distintas regiões do país em um sistema com um mínimo de integração. O rápido crescimento da economia cafeeira – durante o meio século compreendido entre 1880 e 1930 – se por um lado criou fortes discrepâncias regionais de renda *per capita*, por outro dotou o Brasil de um sólido núcleo em torno ao qual as demais regiões tiveram necessariamente de articular-se [...] a região rio-grandense [...] foi a primeira a beneficiar-se da expansão do mercado interno induzido pelo desenvolvimento cafeeiro [...] A articulação com a região nordestina se faz por intermédio da própria economia açucareira [...] Por último a Amazônia se incluiu entre os beneficiários da grande expansão da região cafeeira-industrial (FURTADO, 1977, p. 237).

Ao final do terceiro decênio do século XX pareceu que se atingiram os limites da economia cafeeira, em parte, devido às condições internas, mas, principalmente, devido à redução da demanda resultante da crise internacional. Surpreendentemente, porém,

a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num verdadeiro programa de fomento da renda nacional. Praticou-se no Brasil [...] uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados (FURTADO, 1977, p. 192).

Em consequência dos ajustes realizados, com vistas a combater os efeitos da depressão, elevaram-se os preços dos bens importados. E assim se viabilizaria um conjunto de atividades voltadas à sua substituição. De maneira que a industrialização, obstaculizada por tantas dificuldades ao longo das décadas anteriores, ganharia impulso, a partir dos anos 1930, em decorrência da “emergência de um sistema cujo principal centro dinâmico é o mercado interno” (FURTADO, 1977, p. 233).

### **A industrialização**

Quando se fala em industrialização no Brasil, então se trata não somente da “instalação de atividades industriais complementares do comércio exterior que [...] pouca influência [teve] na formação de uma mentalidade industrial”; mas, sobretudo, de diversos processos resultantes da “crise do comércio exterior tradicional”, conduzindo à produção substitutiva de importações (FURTADO, 1982, p. 20). Houve tentativas anteriores à crise internacional dos anos 1930, que remetem, inclusive, à primeira metade do século XIX:

O processo de industrialização começou no Brasil concomitantemente em quase todas as regiões. Foi no Nordeste que se instalaram, após a reforma tarifária de 1844, as primeiras manufaturas têxteis modernas e ainda em 1910 o número de operários têxteis dessa região se assemelhava ao de São Paulo. Entretanto [...], o processo de industrialização tendeu [...] a concentrar-se [...]. O censo de 1920 já indica que 29,1 por cento dos operários industriais estavam concentrados no Estado de São Paulo. Em 1940 [...] havia subido para 34,9 e em 1950 para 38,6 (FURTADO, 1977, p. 238).

Todavia, enquanto processo que se articula com a expansão do mercado interno, a industrialização brasileira acabaria ganhando impulso apenas a partir dos anos 1930. Em decorrência de políticas econômicas erráticas – ora enfatizando a estabilização, ora privilegiando os investimentos produtivos e o crescimento da atividade –, ela se consolidaria em fins dos anos 1950. Se, da perspectiva de sua capacidade de acumulação, a indústria brasileira ganhava musculatura, da ótica da distribuição de seus benefícios, ela logo se revelaria um poderoso instrumento de concentração de riquezas. Portanto, por um lado, tem-se que, nos anos 1960, o país se encontrava industrializado, porque o “grupo industrial [ascendera] à posição de elemento hegemônico do sistema nacional de poder”. Convém notar que aí se incluem um setor privado nacional, um poderoso setor privado *estrangeiro* e um

outro setor formado de quadros superiores de empresas públicas. Mas, observando-se com o devido cuidado, tratava-se “menos de emergência ou consolidação de uma burguesia nacional do que de implantação da nova burguesia internacional ligada ao capitalismo dos grandes conglomerados transnacionais” (FURTADO, 1982, p. 33-36). Por outro lado, tem-se também que, àquela mesma altura, a industrialização se dava em paralelo a um crescimento das desigualdades sociais<sup>6</sup>. De maneira que o modo como o Brasil se industrializava repousava em “uma acumulação mais intensa em benefício de uma parte da população”, o que ampliava o fosso existente “entre as condições de vida da minoria beneficiada e as da massa, fosso que é a essência mesma do subdesenvolvimento” (FURTADO, 1982, p. 77).

Assim, o Brasil chegaria aos anos 1960 na condição de economia industrializada. Não era mero apêndice, seja de alguma outra atividade interna, seja da indústria mais dinâmica das economias centrais. Entretanto, o grau de autonomia era limitado, inexistindo margem para decisões que subordinassem a indústria a um projeto de nação. Se, nos anos 1960, já não se podia duvidar que a indústria era a base da economia brasileira, tampouco se podia duvidar que a indústria brasileira não constituía alternativa de maior autonomia decisória que atendesse às demandas dos brasileiros comuns (FURTADO, 1982).

### **Brasil: uma formação social semiperiférica desorganizada em regiões**

Sugeriu-se, na longa seção anterior, que a colonização de que o Brasil foi objeto nos primeiros séculos de sua existência projetava efeitos sobre o seu presente. Bastaria concordar com isso para se aceitar que o Brasil não é uma formação social central. Não é, porém, uma formação periférica, se considerada a antes referida *análise dos sistemas-mundo*. O Brasil, segundo esta perspectiva, pode mais bem ser enquadrado na condição de *formação semiperiférica*. Trata-se de uma sociedade que, até a primeira metade dos anos 2010, exibia indicadores econômicos bastante próximos de formações centrais; mas, ao contrário dessas, seus indicadores sociais são sofríveis. Essa combinação resulta de *autonomia decisória reduzida*.

O território de uma formação social nacional, como o Brasil, abarca um conjunto de espaços subnacionais, as regiões, que são articulados por meio de fluxos de diversas naturezas. São tais fluxos que conectam as populações e as atividades produtivas. O Brasil, esta é a hipótese, permanece socialmente desigual e geograficamente desorganizado em regiões, em espaços que se conectam, sobretudo, em função de decisões que escapam às necessidades e aos interesses dos brasileiros comuns.

---

<sup>6</sup> “As estatísticas oficiais indicam que o salário mínimo real na Guanabara diminuiu, de 1964 a 1970, em média, de 4 por cento ao ano, e que a produtividade média [...] cresceu com uma taxa aproximada de 3 por cento ao ano. Desta forma, o custo do trabalho [...] declinou [...] em cerca de 60 por cento” (FURTADO, 1982, em nota à p. 38).

No passado mais remoto, tais decisões eram tomadas pelos portugueses. Durante o Império, o poder decisório seria concentrado, progressivamente, em mãos dos produtores de café. Na segunda metade do século XX estabelecer-se-ia o grupo de empresários industriais. Nos últimos decênios vêm ganhando poder imensurável o grupo de banqueiros e financistas<sup>7</sup>. Todavia, portaram-se, todos, até o presente, como sócios minoritários de interesses localizados longe do país em que tem mandado e enricado. Como se explica isso?

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa, é um fato que se prende às raízes da formação do país [...] Será essencialmente uma economia colonial [...] em oposição ao que denominaríamos de economia *nacional*, que seria a organização da produção em função das necessidades próprias da população que dela participa (PRADO Jr., 1981, p. 270).

Se se entender por sociedade brasileira mais que suas elites<sup>8</sup>, essa pequena fração que tem mandado e enricado no país, portanto, se se considerar também a descendência de indígenas, negros, brancos pobres e mestiços, que trabalham jornadas longas e vivem de rendimentos que mal propiciam sua reprodução, então se tem evidências para explicar a continuidade da subserviência, a perpetuação da dependência, a perenidade da submissão. Pela vontade dos modernos sucessores do colonizador português, continuadores da obra da “velha classe dominante de descendentes dos senhores de escravos”, não haverá possibilidade de que o Brasil possa ser feito de “gente com destino próprio” (RIBEIRO, 2012, p. 246-247).

Um dos graves problemas que ainda desafiam a sociedade brasileira no século XXI é o referente à indisponibilidade de terras para brasileiros comuns produzirem no campo para outros brasileiros comuns que vivem na cidade. A velha classe dominante de descendentes de senhores de escravos pode ter dado lugar a novas elites. Mas, o sentido de propriedade vigente no período colonial permanece até o presente (PRADO Jr., 1981; FURTADO, 1982).

Aí está, então, uma dimensão das mais importantes do subdesenvolvimento brasileiro: a despeito da abundância de terras, perdura uma estrutura agrária que continua privilegiando a grande propriedade, mobilizada para o cultivo de bens para a exportação, impedindo que a massa de brasileiros comuns tenha acesso a condições adequadas de sobrevivência. Da perspectiva do território brasileiro, os espaços nos quais as terras permanecem mais concentradas são aqueles do Norte/Nordeste, nos quais perderam relevância as lavouras tradicionais. Essa dinâmica, impulsionada a partir dos anos 1930 pela industrialização,

---

<sup>7</sup> “A antiga burguesia industrial [...] perdeu poder econômico e político durante [...] a década de 1990 [...] suas empresas foram vendidas ao capital estrangeiro, acossadas [...] pela política de abertura e de juros altos” (BOITO Jr., 2006, p. 276).

<sup>8</sup> O sentido conferido ao termo é o usado por Wright-Mills (1981). No Brasil, pode-se falar, com Raymundo Faoro (2001), em “donos do poder”. Também cabe “classe dirigente” se se concordar que “nada é mais continuado [...] ao longo desses cinco séculos do que essa classe dirigente exógena e infiel a seu povo” (RIBEIRO, 2012, p. 68).

alimentará não apenas as desigualdades sociais que se vem perpetuando no país, mas também as disparidades inter-regionais (FURTADO, 1977; THEIS; BUTZKE, 2017). Essa tendência não seria invertida na segunda metade do século XX, salvo em momentos curtos, em decorrência de influências externas ou de injunções de políticas voltadas à desconcentração da atividade econômica. Um desses momentos corresponde ao período entre fins dos anos 1970 e início dos anos 1980. Contudo, seus resultados mais perceptíveis se limitaram ao Centro-Sul, num polígono que se estende da região central do Estado de Minas Gerais até o nordeste do Estado do Rio Grande do Sul – onde se concentravam 75% do emprego industrial do país (DINIZ; CROCCO, 1998).

A tendência à concentração regional de riquezas seria acentuada por circunstâncias como o agravamento da dívida externa a partir do início dos anos 1980, a aceleração da inflação entre meados dos anos 1980 e meados dos anos 1990 e, principalmente, o ajuste neoliberal que acompanhou a implantação do Plano Real na segunda metade dos anos 1990 (FURTADO, 1999, p. 28). Desde então se podia entrever uma nova divisão inter-regional do trabalho, decorrente da sucessão de políticas neoliberais aplicadas no Brasil, contundentemente “marcada por grandes desigualdades e heterogeneidades inter e intra-regionais e por focos localizados de maior dinamismo econômico relativo no interior das cinco macrorregiões brasileiras” (BRANDÃO; OLIVEIRA, 2005, p. 384).

Um quadro mais atualizado revela um Brasil de dimensões continentais. Sua população alcançou 190,7 milhões de habitantes em 2010 (IBGE, 2010a), com projeção de 211,5 milhões em 2020, que se distribuem por mais de 8,5 milhões de quilômetros quadrados de área (IBGE, 2002). Entretanto, essa população se espalha de forma desigual pelas grandes macrorregiões do país. A região Sudeste concentrava, em 2007, mais de 42% da população – assim como já acontecia no início dos anos 1990. As regiões com menores populações relativas, Centro-Oeste e Norte, foram aquelas que experimentaram maior incremento entre 1991 e 2007 em comparação com as demais (IBGE, 2007). Apesar desse crescimento, a densidade demográfica nessas regiões tem permanecido baixa. Isso se deve a que ao Norte cabe a maior área (mais de 45%), ao Centro-Oeste, a segunda maior. Em comparação, a população do Sudeste, a maior do país, vive na segunda menor área (menos de 11%), a ela correspondendo uma densidade bastante elevada em comparação com as demais regiões.

Essas diferenças refletem desigualdades socioeconômicas existentes *entre* as grandes regiões do país – embora não se devessem esquecer as que existem no *interior* delas (FURTADO, 2001). Em relação à distribuição geográfica da riqueza produzida no Brasil nos dois últimos decênios, no início dos anos 1990, o Sudeste era responsável pela geração de mais de 58% do Produto Interno Bruto, o Sul, por mais de 17%, de modo que em ambos se concentravam mais de  $\frac{3}{4}$  da riqueza produzida no país. Desde meados dos anos 2000 iniciou-

se uma pequena variação em favor das regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. No entanto, a essas macrorregiões, que compreendem mais de 82% do território, e onde vivem mais de 43% da população, cabiam, em 2008, apenas 27,4% do PIB brasileiro. É indiscutível, pois, que a capacidade de gerar riquezas permanece fortemente concentrada no Sudeste brasileiro (IBGE, 2010b). Em relação à geografia das condições de vida dos brasileiros comuns, dificilmente se poderia esboçar um quadro mais aproximado da situação recente. É certo que houve alguma redução nas desigualdades sociais, inclusive, nas disparidades inter-regionais ao longo dos anos 2000 e primeiros desta década. Entretanto, considerada a imutabilidade das estruturas econômicas internas e de sua inserção passiva na economia mundial, as modificações no território brasileiro podem ter tido mero caráter epidérmico – o que caracteriza o (sub) desenvolvimento regional em uma formação social semiperiférica.

### **Considerações finais**

O propósito que se teve com este artigo era examinar o desenvolvimento regional no Brasil, uma formação social semiperiférica no presente tempo histórico, procurando dialogar com alguns dos intérpretes do *pensamento social brasileiro*. O Brasil de que se tratou nas linhas acima é, certamente, uma formação social única, por tratar-se da “primeira civilização de âmbito mundial, articulando a América como assentamento, a África como a provedora de força de trabalho e a Europa como consumidora privilegiada e como sócia principal do negócio” (RIBEIRO, 2012, p. 279). O Brasil de que se tratou nas linhas acima foi forjado entre, de um lado, a brutalidade e a ganância do colonizador e de seus modernos sucessores e, de outro, a resistência e a esperança de brasileiros comuns que o escolheram para nele viver. Para esses, sua opção significou “um preço terrivelmente alto em lutas das mais cruentas [em que índios foram dizimados e negros foram chacinados] [...] sem conseguir sair, através delas, da situação de dependência e opressão em que vive e peleja” (RIBEIRO, 2012, p. 25).

No presente tempo histórico, o Brasil constitui uma formação social única por manter intactas as estruturas produtoras e reprodutoras de desigualdades sociais e disparidades regionais – um território desestruturado em regiões que permanecem se conectando, privilegiadamente, com os destinatários dos produtos obtidos de sua ainda exuberante natureza a partir do trabalho sub-remunerado dos brasileiros comuns – ao longo dos mais de cinco séculos de sua existência. Todavia, também no presente tempo histórico, os brasileiros comuns se têm manifestado, com coragem e esperança, desde as margens, denunciando o desenvolvimento regional desigual (THEIS; BUTZKE, 2019) – posto em movimento pelo moderno sistema de produção de mercadorias – e reposicionando o Brasil em um mundo sem centros, sem periferias, sem semiperiferias. É possível, mesmo, que estejam delineando, “no horizonte aflito da sociedade prolongadamente desigual, a rebelião das margens. O

representante da margem nunca é um marginal, no sentido urbano e incivilizado do termo. É antes alguém expelido pela máquina de trituração do centro” (PORTELLA, 2001, p. 461).

Talvez tenha chegado o tempo de os brasileiros comuns, desde as margens, confrontarem as forças que se têm empenhado em interromper o processo histórico de formação de seu Estado-nação (FURTADO, 1992), de superarem o “mundo da repetição ou do [...] sempre-outra-vez”, de bloquearem o persistente fluxo do passado, com todas as suas mazelas, de impedirem que o passado estenda “os conteúdos formais fechados provindos do que-já-se-efetivou” sobre “o que-ainda-não-veio-a-ser” (BLOCH, 2005, p. 16).

## Referências

BLOCH, E. *Thomas Münzer: teólogo da revolução*. Trad. V. Chacon; C. A. Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1973.

BLOCH, E. *O princípio esperança* (vol. 1). Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. UERJ, 2005.

BOITO Jr., A. As relações de classe na nova fase do neoliberalismo no Brasil. In: CAETANO, G. (Org.) *Sujetos sociales y nuevas formas de protesta en la historia reciente de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, p. 271-296, 2006.

BRANDÃO, C. A.; OLIVEIRA, H. S. Divisão inter-regional do trabalho no Brasil dos anos 90: perdas de quantidade e qualidade nos investimentos, empregos e instrumentos de regulação. In: RIBEIRO, A. C. T. et al. *Globalização e território: ajustes periféricos*. Rio de Janeiro: Arquimedes; IPPUR, p. 355-389, 2005.

DINIZ, C. C.; CROCCO, M. A. 1998. Reestructuración económica e impacto regional: el nuevo mapa de la industria brasileña. In: DE MATTOS, C. A. et al. *Globalización y territorio: impactos y perspectivas*. Santiago: PUC/Chile; FCE, p. 153-181, 1998.

DOMINGUES, J. M. *Desarrollo, periferia e semiperiferia en la tercera fase de la modernidad global* (= Colección Sur-Sur). Buenos Aires: CLACSO, 2012.

DUNFORD, M.; PERRONS, D. *The arena of capital*. Nova Iorque: St. Martin's Press, 1983.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.

FERNANDES, F. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2005.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. *Dialética do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

FURTADO, C. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 15 ed. São Paulo: Nacional, 1977.

FURTADO, C. *Análise do “modelo” brasileiro*. 7 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

FURTADO, C. *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FURTADO, C. Quando o futuro chegar. In: SACHS, I.; WILHELM, J.; PINHEIRO, P. S. (Org.) *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, p. 418-429, 2001.

HARVEY, D. *The limits to capital*. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

HARVEY, D. *Espaços de esperança*. Trad. A. U. Sobral; M. S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. *Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development*. London; New York: Verso, 2006.

IBGE. *Resolução Nº 05, de 10 de outubro de 2002*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/resolucao.shtm>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

IBGE. *Contagem da população 2007*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

IBGE. *Censo 2010: população do Brasil é de 190.732.694 pessoas*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010a. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=1766&id\\_pagina=1](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1766&id_pagina=1)>. Acesso em: 13 mar. 2011.

IBGE. *Sistema de contas nacionais, Brasil, 2004-2008*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010b. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2008/publicacao2004\\_2008.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasnacionais/2008/publicacao2004_2008.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2011.

LÊNIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria*. Trad. J. P. Netto. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LIMA, P. G. C. Posicionamento no sistema mundial e semiperiferia. *Textos de Economia*, 10 (2), p. 58-85, 2007.

LÖWY, M. *The politics of combined and uneven development: the theory of permanent revolution*. London: Verso, p. 97, 1981.

LOURENÇO, A. L. C. Semiperiferia: uma hipótese em discussão. *Economia e Sociedade*, 14 (1), p. 177-186, 2005.

PORTELLA, E. Modernidade no vermelho. In: SACHS, I.; WILHELM, J.; PINHEIRO, P. S. (Org.) *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, p. 456-471, 2001.

PRADO Jr., C. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 11 ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO Jr., C. *História econômica do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

PRADO Jr., C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia (= Grandes nomes do pensamento brasileiro)*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.

RIBEIRO, A. C. T. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, E.; HAESBAERT, R.; MOREIRA, R. (Org.) *Brasil século XXI: por uma nova regionalização?* São Paulo: Max Limonad, p. 194-212, 2004.

RIBEIRO, D. Brasil: terra dos índios. In: FERRAZ, I. G. (Org.) *Utopia Brasil*. São Paulo: Hedra, p. 58-74, 2008.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SANTOS, M. *Espaço e método*. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SMITH, N. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço*. Trad. E. A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SODRÉ, N. W. *As razões da independência*. 4 ed. São Paulo: DIFEL, 1986.

THEIS, I. M. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. *Novos Cadernos NAEA*, 12 (2), p. 241-252, 2009.

THEIS, I. M.; BUTZKE, L. Desenvolvimento regional no Brasil: inserção subordinada na economia mundial e fragmentação do território. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: ANPUR, 2017. 20p. Disponível em: <[http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sessoes\\_Tematicas/ST%203/ST%203.8/ST%203.8-03.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%203/ST%203.8/ST%203.8-03.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2018.

THEIS, I. M.; BUTZKE, L. Desarrollo regional desigual e inserción internacional subordinada: el caso de Brasil. *DAAPGE* [Documentos y Aportes en Administración Pública y Gestión Estatal], N. 33, p. 31-50, 2019.

TROTSKY, L. *A história da revolução russa* (vol. 1). Trad. E. Huggins. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

WALLERSTEIN, I. *Impensar las ciencias sociales: limites de los paradigmas decimonónicos*. 2 ed. México/DF; Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 1999.

WRIGHT MILLS, C. *A elite do poder*. Trad. Waltensir Dutra. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.